



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

PARECER Nº 833/2013/COLIC/CGLEG/CONJUR-MJ/CGU/AGU
PROCESSO Nº 08206.001121/2013-05 (volume I).
INTERESSADO: DINF/CGTI/DPF.
ASSUNTO: Aquisição equipamentos scanners.
Valor anual: R\$ 4.233.309,33 (fl. 59)

I - CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO.
Procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, tipo menor preço por itens, para formação de Registro de Preços, para provável aquisição de equipamentos scanners de documentos.

II - Necessidade de adoção de providências e retificação das minutas pela área competente.

III - Pelo prosseguimento, desde que sanadas as irregularidades apontadas neste Parecer.

Sra. Coordenadora,

I - DO RELATÓRIO

1. Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, tipo menor preço por itens, para formação de Registro de Preços, para provável aquisição de equipamentos scanners de documentos.

2. Com efeito, instruem o presente procedimento administrativo:

- Documento de oficialização da demanda – DOD – (fls. 01/02);
- Análise de viabilidade da contratação (fls. 03/05);
- Plano de Sustentação (fls. 06/07);
- Estratégia da Contratação (fls. 08/16);
- Análise de riscos (fls. 17/17v);
- Termo de Referência aprovado pela autoridade competente (fls. 18/26v);
- Quadro comparativo de Preços (fls. 59);
- Declaração de Disponibilidade Orçamentária (não há);
- Portaria de designação de pregoeiro e equipe de apoio (fls. 60/60v);
- Minuta de Edital, minuta de Termo de Referência e anexos (fls. 61/94);
- Minuta de Contrato (fls. 95v/103v).

3. Em síntese, é o relatório.

II - DO MÉRITO DA CONTRATAÇÃO

4. No mérito, o DPF pretende contratar empresa especializada no fornecimento de bens de informática, pela modalidade Pregão Eletrônico, ao amparo da



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE LEGALIDADE
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, conforme dispositivos abaixo transcritos, haja vista tratar-se de bens comuns, ou seja “...cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”.

Lei nº 10.520, de 2002

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade Pregão, que será regida por esta lei.

Parágrafo Único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Decreto nº 3.555, de 2000

Art. 3º Os contratos celebrados pela União, para aquisição dos bens e serviços comuns, serão precedidos, prioritariamente, de licitação pública na modalidade de Pregão, que destina a garantir, por meio de disputa justa entre os interessados, a compra mais econômica, segura e eficiente.

(...)

§ 2º Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado. (Redação dada pelo Decreto nº 7.174, de 2010)

5. Em relação à adoção da modalidade Pregão Eletrônico, importante reafirmar que a mesma somente poderá ser utilizada na contratação de bens e serviços comuns. Em que pese a definição de bens e serviços comuns, deve-se, por ora, destacar a doutrina de Marçal Justen Filho e de Joel Menezes Niebuhr, *verbis*:

(...) bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio¹.

Em apertadíssima síntese, para qualificar bem ou serviço como comum é necessária: a) que, uma vez definidas as especificações do objeto de modo objetivo, se consegue estabelecer o padrão de qualidade desejado pela Administração, sem que eventuais variações técnicas existentes entre produtos que atendam tais especificações sejam importantes ou decisivas para a avaliação da proposta que melhor satisfaz o interesse público; b) que as especificações técnicas do bem ou serviço sejam usuais no mercado; c) que estrutura procedimental do pregão, menos formalista e mais célere, não importe prejuízo à análise da qualidade do objeto licitado nem ao interesse público.²

6. Em síntese, a lei que institui o pregão define que bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital. No entanto, a denominação de “comum” não se refere a objeto sem sofisticação ou desenvolvimento.

7. Portanto, o conceito de “bens e serviços comuns” inclui o simples, o padronizado, o rotineiro e ainda aqueles que podem ser descritos objetivamente. Esse também é o entendimento do Tribunal de Contas da União, *verbis*:

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. *Pregão (Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico)*. 4ª Edição. São Paulo, Dialética, 2005, p. 30.

² NIEBUHR, Joel Menezes. *Pregão – Presencial e Eletrônico*, 4ª Edição, Curitiba, Zênite, p. 68



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE LEGALIDADE
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

No tocante à adequação da modalidade de licitação escolhida, entendo que os produtos/serviços demandados pelo TST podem se enquadrar como bens comuns, uma vez que apresentam padrões claros de desempenho e de qualidade objetivamente definidos no edital, compatíveis com o padrão de mercado, nos termos do art. 2º, § 1º, do Decreto n. 5.450/2005.³

8. Corroborando com a tese, inseriu no item 7.1 do Termo de Referência justificativa, caracterizando o bem a ser contratado como "comum".

9. Tendo em vista os argumentos eminentemente técnicos, que não são inseridos no âmbito de análise deste órgão de assessoramento jurídico, pode-se entender pela viabilidade da utilização do pregão. No entanto, mesmo diante dos argumentos acima colacionados, sugere-se que o DPF analise se a utilização do Pregão não acarretará nenhum prejuízo à qualidade da aquisição do bem e nem ao interesse público.

10. Vislumbrada a possibilidade de utilização da modalidade pregão para a aquisição do bem, objeto do presente procedimento licitatório, ressalvados os apontamentos registrados neste Parecer, passa-se à análise da instrução processual e dos documentos essenciais à efetivação da contratação almejada.

III - DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

III.A - Do Planejamento da Contratação. Instrução Normativa nº 04, de 12 de novembro de 2010.

11. As contratações de bens e serviços na área de TI devem ser precedidas de um adequado planejamento.

12. Assentou o TCU a respeito:

20. [...] conforme o Acórdão 1.292/2003 - Plenário, a licitação de bens e serviços de informática deve ser precedida de minucioso planejamento, realizado em harmonia com o planejamento estratégico da instituição e com o seu plano diretor de informática, em que fiquem precisamente definidos, dentro dos limites exigidos na Lei nº 8.666/93, os produtos a serem adquiridos, sua quantidade e o prazo para entrega das parcelas, se houver entrega parcelada. Acórdão nº 636/2006 Plenário

13. Neste sentido, evidencia-se a aplicabilidade da Instrução Normativa nº 04, de 2010, conforme determina o art. 1º do citado normativo, tendo em vista tratar-se de contratação de empresa especializada para fornecimento de bens comuns de informática, desde que devidamente atestados pela área técnica e, ainda, especificações e condições estabelecidas no edital e seus anexos. A área técnica deverá atestar que se trata, efetivamente, de bens comuns de informática.

14. Dessa feita, para a regularidade procedimental, deverão ser observadas as fases de planejamento da contratação, previstas no art. 8º da Instrução Normativa em análise.

³ Acórdão 1114/2006 - Plenário



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE LEGALIDADE
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

15. O planejamento da contratação, em apertada síntese, significa que o órgão demandante deverá analisar a viabilidade e os riscos da contratação, elaborar o plano de sustentação e a estratégia da contratação e, por fim, confeccionar o Termo de Referência, documento contendo os elementos essenciais da contratação pretendida.

16. A fase de Planejamento da Contratação, conforme define o art. 9º da Instrução Normativa nº 04, de 2010, inicia-se com o Documento de Oficialização da Demanda, que, necessariamente, deverá conter⁴:

a) necessidade da contratação, considerando os objetivos estratégicos e as necessidades corporativas da instituição, bem como o seu alinhamento ao PDTI;

b) explicitação da motivação e demonstrativo de resultados a serem alcançados com a contratação da Solução de Tecnologia da Informação;

c) indicação da fonte dos recursos para a contratação; e

d) indicação do Integrante Requisitante para composição da Equipe de Planejamento da Contratação, sem prejuízo da indicação, do integrante técnico e do integrante administrativo para compor a equipe de planejamento, conforme previsto no inciso III, do art. 2º da IN/MPOG nº 04/2010.

17. Referido documento – documento de oficialização da demanda (DOD) - se encontra acostado aos autos às fls. 01/02.

18. Ainda quanto às exigências da IN/MPOG nº 04/2010, verifica-se que o DPF elaborou a Análise de Viabilidade da Contratação (fls. 03/05), o Plano de Sustentação (fls. 06/07), Estratégia da Contratação (fls. 08/16) e a Análise de Riscos (fls. 17/17v). Todos os documentos deverão observar os arts. 9, 11, 14, 15 e 16 da IN/MPOG nº 04/2010. Assim, deverão ser complementados com as seguintes informações:

a) a necessidade de contemplar na Estratégia da Contratação as exigências dos incisos IV, V, VI do art. 15 da IN/MPOG nº 04/2010;

19. Quanto aos requisitos dos referidos documentos, deve-se destacar que os mesmos estabelecem exigências estritamente técnicas, que não se inserem na competência desta Consultoria Jurídica. Assim sendo, recomenda-se que a autoridade competente do DPF analise e ateste o cumprimento das exigências acima referidas.

20. Ainda quanto ao mérito da contratação, verifica-se que o DPF pretende adquirir o bem por intermédio do Sistema de Registro de Preços – SRP.

21. Neste sentido, deve-se informar que o SRP consiste no procedimento de contratação de bens e serviços, que se efetiva por meio de licitação nas modalidades concorrência ou pregão, em que as empresas assumem o compromisso de fornecer bens e serviços em prazos registrados em uma ata específica. A contratação é realizada quando melhor convier aos órgãos ou entidades que integram essa Ata.

⁴ Art. 9º da IN/MPOG nº 04, de 2010.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE LEGALIDADE
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



22. Importante mencionar que o SRP não pode ser utilizado de forma indistinta, muito embora seja o meio mais correto de se proceder à aquisição de bens e serviços a serem contratados em momentos posteriores pela Administração Pública. Para tanto, o art. 3º do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013⁵, em vigor desde 22 de fevereiro de 2013, prevê as hipóteses de utilização do referido sistema, senão vejamos:

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I – quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações freqüentes;

II – quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III – quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV – quando pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

23. A justificativa para a adoção do SRP também foi demonstrada no Termo de Referência. Vislumbrada a possibilidade de utilização da modalidade pregão eletrônico, para a aquisição dos bens, objeto do presente procedimento licitatório, e de utilização do sistema de registro de preços, ressalvados os apontamentos registrados neste Parecer, passa-se à análise da instrução processual e dos documentos essenciais à efetivação da contratação almejada.

24. Por fim, cumpre citar o Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010⁶, de observância obrigatória pela área técnica competente.

III.B – DA ANÁLISE DO TERMO DE REFERÊNCIA.

25. Quanto ao Termo de Referência ora analisado (fls. 79v/88v), deve-se afirmar que o mesmo fora elaborado em consonância com a legislação de regência, restando apenas tecer as seguintes observações:

26. Em relação aos quantitativos exigidos e as especificações técnicas constantes nos itens 5, 6 e 9 do Termo de Referência, é imprescindível que a autoridade competente analise as reais necessidades das especificações constantes no referido documento.

27. Caso entenda pela pertinência das exigências mencionadas, a área técnica deverá carrear os autos com as justificativas necessárias para a manutenção de tais exigências. Tal providência decorre do fato de que requisitos excessivos ou desarrazoados, bem como a estipulação de marcas e modelos, restringem a sistemática constitucional acerca da universalidade de participação em licitações.

28. Ressalte-se que a análise administrativa acerca de tais critérios se faz necessária de maneira a comprovar a indispensabilidade do quesito tecnicamente

⁵ Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

⁶ Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE LEGALIDADE
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

imprescindível, sob pena de nulidade do ato, haja vista a ofensa a Carta Maior e a Lei de Licitações e Contratos.

29. Este também é o entendimento do Tribunal de Contas da União, senão vejamos:

LICITAÇÕES. D.O.U. de 13.12.2006, S.1, p. 223. Ementa: o TCU determinou ao Ministério da Integração Nacional que observasse o disposto nos arts. 3º, 14 e 40, inc. I, da Lei nº 8.666/1993, e no art. 3º da Lei nº 10.520/2002, abstendo-se de incluir, nos instrumentos convocatórios, excessivo detalhamento do objeto, de modo a evitar o direcionamento da licitação ou a restrição do seu caráter competitivo, devendo justificar e fundamentar tecnicamente quaisquer especificações ou condições que restrinjam o universo de possíveis fornecedores dos bens ou prestadores de serviços o objeto do certame (item 9.3.2, TC-014.946/2005-1, Acórdão nº 2.407/2006 – Plenário).

LICITAÇÕES: D.O.U. de 31.07.2008, S. 1, p. 133. Ementa: o TCU determinou à ABIN que, em procedimentos licitatórios, se abstinhasse de: (...); b) de incluir nos instrumentos convocatórios, excessivo detalhamento do objeto, de modo a evitar o direcionamento da licitação ou a restrição de seu caráter competitivo, devendo justificar e fundamentar tecnicamente quaisquer especificações ou condições que restringissem o universo de possíveis fornecedores do bem a ser adquirido ou prestadores do serviço objeto do certame (itens 9.2.2 e 9.3, TC-010.308/2007-6).

LICITAÇÕES: D.O.U. de 20.02.2009, S. 1, p. 109. Ementa: determinação ao Sesi/SE para que se abstenha de incluir, nos instrumentos convocatórios, detalhamento do objeto em tal nível que favoreça o direcionamento da licitação ou a restrição de seu caráter competitivo, devendo justificar e fundamentar tecnicamente quaisquer especificações ou condições que restrinjam o universo de possíveis fornecedores (item 9.8.1, TC-014.372/2005-9, Acórdão 569/2009 – 1ª Câmara).

30. É de se registrar que a fixação dos preços máximos admissíveis por item obriga as licitantes a oferecer, em todos os itens de sua proposta, preço compatível com o de mercado, impossibilitando a utilização do “jogo de planilhas”, bem como impedindo a perda de economia de escala pela Administração Pública.

31. Ressalte-se que as especificações e as justificativas são elementos estritamente técnicos, alheios à análise deste órgão de assessoramento jurídico.

32. Ainda sobre o Termo de Referência (fls. 79v/88v), sugerem-se os seguintes ajustes:

- Item 1.1: substituir Decreto n. 3.931, de 2001 por Decreto n. 7.892, de 2013; incluir Decreto n. 3.555, de 2000;
- Itens 5 e 6 – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – ITEM 1 – scanner de produção e – item 2 – scanner de estação. Alerta-se que o objeto está dividido em dois lotes, devendo ser, após finda a licitação, firmados dois contratos distintos, ainda que vencedora do certame uma só empresa. Essa é a determinação do art. 5º, inc. I da IN/SLTI/MPOG nº 04/2010:

Art. 5º Não poderão ser objeto de contratação:

I - mais de uma Solução de Tecnologia da Informação em um único contrato.

- Item 7.1: substituir “art. 2º, III do Decreto n. 3931 de 2001” por “art. 3º, II do Decreto n. 7.892, de 2013”;



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE LEGALIDADE
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



- Item 9 – inserir quantitativo para os órgãos não participantes (item 29.4), de modo que se recomenda a elaboração de nova pesquisa de preços;
- Item 21.5: inserir exigência de comprovação de regularidade trabalhista; 229.2 ✓
- Item 23: compatibilizar com item 18 da minuta do edital;
- Acrescentar elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado (art. 8º, inc. II do Decreto n. 3.555, de 2000); ✓
- Item 27: inserir exigência de comprovação de regularidade trabalhista e consulta ao CADIN; 229.3
- Item 28: inserir sanção descrita no inc. IV do art. 87 da Lei n. 8.666, de 1993; Item 28.2: substituir CONTRATANTE por CONTRATADA; item 28.7: substituir “suspensão” por “impedimento”; ✓
- Inserir exigência do art. 17, §1º, inc. VI da IN/SLTI/MPOG n. 04, de 2010 (elementos para gestão do contrato);
- Realizar as retificações à caneta e/ou a lápis, referentes a meros erros de numeração, grafia, acentuação ou concordância.

III.C – Da pesquisa de mercado e dos outros documentos necessários à regularidade do Pregão Eletrônico

33. Quanto à instrução do procedimento licitatório em tela, registre-se que consta dos autos a designação prévia de pregoeiro (fls. 60/60v). Quanto à reserva orçamentária para assegurar a presente contratação, não consta declaração nos autos, o que demandará providências pela área competente. Tal pendência deverá ser sanada, sobretudo em face do art. 9º, inc. III da IN/SLTI/MPOG nº 04/2010. Tratando-se de Sistema de Registro de Preços, a indicação de dotação orçamentária será exigível apenas para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil (Orientação Normativa nº 20, de 2009 da Advocacia-Geral da União⁷ e §2º do art. 7º do Decreto 7.892, de 2013).

34. Há de se alertar que, uma vez realizados ajustes no Termo de Referência, deverá ser feita nova cotação de preços, com base nas observações apontadas, sobretudo no item 9 do TR (vide parágrafo 32 deste Parecer). Ademais, ao se realizar a pesquisa de mercado, deverá ser observada a exigência do TCU, de, no mínimo, 03 (três) propostas, veja-se:

Assunto: LICITAÇÕES. D.O.U. de 17.02.2006, S. 1, p. 76. Ementa: o TCU determinou ao IPEN/SP que adotasse procedimento padrão para as pesquisas de preços de bens e serviços, onde fique estabelecida a exigência de obtenção de no mínimo 03 (três) propostas de preço, nas quais conste completo detalhamento das especificações do bem ou serviço ofertado, em conformidade com as especificações do objeto da licitação, e esteja evidenciada a vinculação entre o valor indicado na proposta e o que efetivamente vier a ser contratado (item 1.5, TC-006.027/2004-4, Acórdão nº 252/2006 – 1ª Câmara).

Responsabilidade do pregoeiro pela pesquisa de preços sem a obtenção de, no mínimo, três orçamentos de fornecedores distintos

⁷ Orientação Normativa nº 20, de 1º de abril de 2009: “Na licitação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato”.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE LEGALIDADE
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

[...] a jurisprudência do TCU é no sentido de que, antes da fase externa da licitação, há que se fazer pesquisa de preço para obtenção de, no mínimo, três orçamentos de fornecedores distintos. Nos termos do voto do relator, deliberou o Plenário no sentido de rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo responsável e julgar irregulares as suas contas, sem prejuízo da aplicação de multa. Precedentes citados: Acórdãos n. 4013/2008 e 1.547/2007, ambos do Plenário. (Acórdão nº 3.026/2010-Plenário, TC-006.150/2004-8, rel. Min. Raimundo Carreiro, 10.11.2010”).

35. Vislumbrada a regularidade da instrução processual, ressalvados os apontamentos realizados neste Parecer, passa-se à análise da regularidade da Minuta do Edital e seus anexos.

Minuta do Edital (fls. 61/79v)

- Preâmbulo: excluir IN/SLTI n. 02, de 2008;
- Excluir itens 3.7.1.1 a 3.7.1.3;
- Item 10.3.4: anexar o modelo de planilha orçamentária existente;
- Item 11.4: excluir parte final da frase, a partir de “a exemplo das enumeradas (...)”, pois não se aplica a IN/SLTI/MPOG n. 02, de 2008 no presente caso;
- Item 16: inserir regras dos arts. 16 a 21 do Decreto n. 7.892, de 2013;
- Após item 17.3, inserir regra do §1º do Decreto n. 7.892, de 2013;
- Compatibilizar item 18 com item 23 da minuta do TR;
- Compatibilizar item 21 com item 19 do TR;
- Item 28.5: inserir consulta ao CADIN e exigência de comprovação de regularidade trabalhista;
- Item 31: inserir consulta ao CADIN e exigência de comprovação de regularidade trabalhista;
- Item 33.2: substituir CONTRATANTE por CONTRATADA;
- Item 33: inserir sanção descrita no inc. IV do art. 87 da Lei n. 8.666, de 1993;
- Item 33.5: substituir “suspensão” por “impedimento”;
- Avaliar possibilidade de inserção da regra do §2º do Decreto n. 7.892, de 2013 (fornecimento de bens em locais diferentes), tendo em vista item 22 do edital;
- Inserir exigência do art. 9º, incisos IV e IX do Decreto n. 7.892, de 2013;

Minuta da Ata de Registro de Preços (fls. 91v/94)

- Tem 4.2: retificar subitem 5.1.2.2 para 4.1.2.2;
- Item 4.3.3: verificar se item 8.6 está corretamente citado;
- Item 8.2: inserir após “caput” “do art. 20 do Decreto n. 7.892, de 2013”;
- Realizar as retificações à caneta e/ou a lápis, referentes a meros erros de numeração, grafia, acentuação ou concordância.

Minuta do contrato (fls. 95v/103v)

- Item 4.1: inserir toda a legislação prevista no preâmbulo da minuta do edital;
- Item 14.5: inserir consulta ao CADIN e exigência de comprovação de regularidade trabalhista;



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE LEGALIDADE
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

- Item 18.2: inserir consulta ao CADIN e exigência de comprovação de regularidade trabalhista;
- Item 19.2: substituir CONTRATANTE por CONTRATADA;
- Item 19: inserir sanção descrita no inc. IV do art. 87 da Lei n. 8.666, de 1993;
- item 19.5: substituir "suspensão" por "impedimento";
- Realizar as retificações à caneta e/ou a lápis, referentes a meros erros de numeração, grafia, acentuação ou concordância.

36. Deverá ser anexada a autorização para contratação de que trata a Portaria GM/MJ nº 492, de 16 de março de 2002 e Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012.

37. Por fim, repita-se, mesmo correndo o risco de ser redundante, que deve haver alterações no Termo de Referência, no Edital e no Contrato, visando obter a adequação entre eles. Ressalta-se, assim, que não pode haver discrepâncias entre estes documentos.


V - CONCLUSÃO

38. Consigna-se que são da responsabilidade do órgão de origem deste processo, por extrapolar os limites de competência desta área jurídica, as análises que impliquem em considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, além dos juízos de necessidade, conveniência e oportunidade do ato a ser praticado. Alerta-se, ainda, para que sejam observados as vedações e limites impostos para contratação, constantes da Portaria MPOG nº 268, de 30 de julho de 2013.

39. Em face de todo o exposto, pode-se afirmar que, mediante as alterações ora sugeridas, as Minutas de Edital, TR e de contrato encontram-se compatíveis com a legislação de regência, restando as mesmas aprovadas, nos termos do Parágrafo Único do art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993.

À consideração superior.

Brasília, 18 de outubro de 2013.


Maria Clarice Maia Mendonça
Advogada da União

EM BRANCO



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

MJ/CJ
Núcleo de Apoio do Gabinete da

08003.003381/2013-93



DESPACHO Nº 116/2013/COLIC/CGLEG/CONJUR/MJ.
PROCESSO: 08206.001121/2013-05
INTERESSADO: DINF/CGTI/DPF

Senhora Consultora Jurídica,

Acolho parcialmente o Parecer nº 833/2013/COLIC/CGLEG/CONJUR/MJ, da lavra da Dra. Maria Clarice Maia Mendonça, para afastar a sugestão de não acolher, no §35, 2º, a rejeição dos itens, pois as disposições tem amparo legal, contudo, em complemento à referida manifestação, apresento as observações a seguir.

2. Quanto ao Termo de Referência, em relação aos diferentes locais de recebimento dos bens constantes no Anexo I-B do Termo de Referência (fls. 260/262), cumpre enaltecer a nova regra prevista no parágrafo 2º do art. 9º do Decreto n. 7.892, de 2013, abaixo transcrita, cuja observância se torna indispensável pela área técnica, mesmo que o certame não trate de Registro de Preços:

§ 2º Quando o edital previr o fornecimento de bens ou prestação de serviços em locais diferentes, é facultada a exigência de apresentação de proposta diferenciada por região, de modo que aos preços sejam acrescidos custos variáveis por região.

3. Assim, do exame do Termo de Referência verifica-se grande variação dos locais de entrega, com a possibilidade de que seja realizada nos mais diversos Estados da Federação, o que pode gerar pelo critério de julgamento escolhido do certame, diversidade de preços a serem ofertados, haja vista o impacto do frete no valor final do bem, podendo-se não se alcançar a proposta mais vantajosa para a Administração.

4. Desta forma, sugere-se o fracionamento dos bens por Estado ou por Região a ser entregue, exigindo, quando da cotação das propostas, a inclusão do valor do frete e que, caso não seja acolhida a presente sugestão, que seja devidamente justificada a decisão da Administração, nos termos da legislação de regência.


5. Ainda em relação ao Termo de Referência, sugere-se que seja inserido após "classificação", no item 23.4, "ata de registro de preço".

6. Quanto à minuta de Edital, recomenda-se inserir depois de classificação, no item 14.5, "ata de registro de preço", bem como incluir na minuta o critério de preferência previsto no art. 3º, da Lei nº 8.248/1991.

7. Em relação à minuta do Contrato, recomenda-se excluir o item 20.9, considerando que não há previsão de garantia no Edital.

São as considerações que entendo pertinentes, às quais submeto à aprovação de Vossa Senhoria, com vistas ao encaminhamento ao Departamento de Polícia Federal, ressaltando-se a necessidade de compatibilizar as minutas de Edital e Termo de Referência, após a observação das recomendações sugeridas por esta Consultoria Jurídica.

Brasília-DF, 04 de novembro de 2013.


Gustavo Villar Trivelato
Advogado da União
Coordenador-Geral/CGLEG/CONJUR/MJ



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Aprovo.

Encaminhe-se ao Departamento de Polícia Federal.

Brasília-DF, 04 de novembro de 2013.

Giselle Cibilla
GISELLE CIBILLA SILVA FAVETTI
Advogada da União
Consultora Jurídica

PROTOCOLO/CTVDPE
RECEBIDO EM 02/11/13
ÀS 11:30 HORAS
Paula Flávia de Castro
Funcionário(a)

Paula Flávia de Castro
Agente Administrativo
Matr. DPF 15247